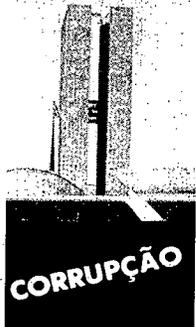


Máfia do Orçamento inclui mais 14 parlamentares



Mais 14 parlamentares estão envolvidos nas irregularidades na Comissão de Orçamento. A revelação está no primeiro relatório parcial da subcomissão de emendas, da CPI do Orçamento, entregue ontem ao relator Roberto Magalhães.

Os 14 novos nomes serão divulgados hoje, na reunião administrativa da CPI. Eles foram descobertos durante a confrontação dos dados através do sistema Siafi. Foram deputados que conseguiram aprovar emendas consideradas improváveis, usando prestígio político. A subcomissão cruzou as emendas acima de US\$ 200 mil, e que empresas elas beneficiaram. Identificadas as empresas, e os ministros que as autorizaram, foram apontados os deputados, que tinham prestígio não só com o relator, como também com o Governo Federal.

Hoje, a Subcomissão de Emendas solicita à Polícia Federal a relação das empreiteiras que respondem a processos na PF. O objetivo é cruzar a relação das empreiteiras com a lista das emendas e os nomes investigados pela CPI.

Devassa — A Polícia Federal vai fazer uma devassa patrimonial na vida de 11 parlamentares envolvidos nas denúncias de corrupção na

Comissão Mista de Orçamento. O delegado Magnaldo José Nicolau pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal a quebra de sigilo bancário e fiscal dos parlamentares para averiguar se houve enriquecimento ilícito nos últimos anos. Foram incluídos no pedido do delegado os senadores Saldanha Derzi (PRN-MS) e Ronaldo Aragão (PMDB-RO), e os deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Genébaldo Correia (PMDB-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Cid Carvalho (PMDB-MA), Sérgio Guerra (PSB-PE), Fábio Raunhetti (PTB-RJ), Manoel Moreira (PMDB-SP), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), além do próprio João Alves (PPR-BA).

O delegado Magnaldo Nicolau vai iniciar a análise patrimonial dos envolvimentos comparando as declarações de Imposto de Renda, com suas movimentações bancárias e as listas de patrimônio. Ao remeter o inquérito ao STF, ontem à tarde, o delegado Magnaldo preferiu não incluir as empreiteiras na quebra de sigilo. Depois de conversar com o delegado Paulo Lacerda, que investiga o esquema PC, Magnaldo Nicolau decidiu investigar as construtoras pela análise das obras que podem ter sido superfaturadas. "As empreiteiras trabalharam com dólar, sem deixar rastro em contas bancárias", explica um dos peritos do DPF.

O economista José Carlos Alves dos Santos, que denunciou as irregularidades no Congresso, também terá suas contas bancárias investigadas.